



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

A PERIFERIA DA POBREZA NA BORDA OESTE METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO Ocupação, apropriação e (des)estruturação sócio-espacial e territorial

Autores:

Denise de Alcântara Pereira - UFRRJ - denisedalcantara@gmail.com

Marcio Rufino Silva - UFRRJ - marciorufis@gmail.com

Natalia Silva Oliveira - UFRRJ - nsoliveira.arq@gmail.com

Resumo:

As marcas da expansão urbana e periurbana tornam-se mais nítidas na medida em que avançam as investidas da industrialização e os motores logísticos e econômicos, historicamente atrelados à periferização e às ocupações sub-humanas nos territórios da borda oeste metropolitana do Rio de Janeiro. Estes territórios são, por sua vez, destituídos de suas camadas e proteções epidérmicas e coberturas vegetadas tornadas rarefeitas pelas produções agropecuárias - cana, café, leite, carne e demais gêneros agrícolas - ao longo dos séculos e, na virada do milênio, por extrativismos extensivos de recursos minerais e pela industrialização. Este artigo aborda e problematiza o fenômeno metropolitano tendo como pano de fundo os territórios de Japeri e Seropédica sob uma perspectiva analítica e empírica, identificando os agentes e atores envolvidos na produção social do espaço e os marcos legais de uso e ocupação do solo como indutores da forma urbana caracterizada pelas fragilidades ambientais e desigualdades sócio-espaciais, incorporando as premissas da nova agenda urbana.

A PERIFERIA DA POBREZA NA BORDA OESTE METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Ocupação, apropriação e (des)estruturação sócio-espacial e territorial

RESUMO

As marcas da expansão urbana e periurbana tornam-se mais nítidas na medida em que avançam as investidas da industrialização e os motores logísticos e econômicos, historicamente atrelados à periferização e às ocupações sub-humanas nos territórios da borda oeste metropolitana do Rio de Janeiro. Estes territórios são, por sua vez, destituídos de suas camadas e proteções epidérmicas e coberturas vegetadas, tornadas rarefeitas pelas produções agropecuárias - cana, café, leite, carne e demais gêneros agrícolas - ao longo dos séculos e, na virada do milênio, por extrativismos extensivos de recursos minerais e pela industrialização. Este artigo aborda e problematiza o fenômeno metropolitano tendo como pano de fundo os territórios de Japeri e Seropédica sob uma perspectiva analítica e empírica, identificando os agentes e atores envolvidos na produção social do espaço e os marcos legais de uso e ocupação do solo como indutores da forma urbana caracterizada pelas fragilidades ambientais e desigualdades sócio-espaciais, incorporando as premissas da nova agenda urbana.

INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais e carências percebidas por todo o território brasileiro estão presentes nas relações centro-periferia, tanto intra-urbanas, quanto na escala metropolitana. Em municípios periféricos da borda oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) - Itaguaí, Seropédica, Japeri, Queimados e Paracambi – essa é uma realidade desequilibrada e perversa, considerando-se a importância do núcleo metropolitano no cenário político, econômico e cultural do país.

A forte relação de dependência dos municípios periféricos observada implica em sua perpetuação como fornecedores de mão-de-obra, recursos e terra, enquanto abrigam atividades industriais, logísticas e extrativistas normalmente rejeitadas pelo núcleo, historicamente favorecido, por sua vez, com investimentos em melhorias e infraestrutura urbana. É uma relação onde valor de uso é menosprezado, e são mantidas as mazelas e precariedades do crescimento desordenado e desqualificado em termos urbanísticos e

ambientais, priorizando o valor de troca dos meios de produção capitalistas. A pobreza e a violência urbanas são resultados palpáveis nesse cenário de produção de zonas de sacrifício, impostas pelas ações especulativas e a pressão do capital global (SILVA e BUENO, 2013).

A definição do conceito de pobreza é dotada de diversas acepções que traduzem e espelham a complexidade do fenômeno metropolitano e suas múltiplas formas de abordagem. Depende dos valores de cada sociedade e da lógica socioeconômica de cada nação (SANTOS, 2009). Questiona-se aqui a premissa de que pobre é todo indivíduo cujo nível de renda ou consumo per capita de sua família ou domicílio esteja abaixo do mínimo essencial para suprir necessidades humanas básicas, conforme ditado pelo Banco Mundial. Dentre diversos autores que discutem a temática da pobreza urbana destacam-se as pesquisas desenvolvidas por Amartya Sen (1999) e Milton Santos (2009), aos quais nos alinhamos. Segundo Sem, a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. Já para Santos (1999), o termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura. Assim, acreditamos que o conceito de pobreza não deve estar limitado apenas às questões de distribuição de renda, mas ao acesso aos serviços básicos de infraestrutura urbana, moradia, cultura e segurança. Há de se considerar ainda que as formas espaciais da pobreza estão diretamente relacionadas às formas desiguais com que se planejam os territórios e se distribuem os investimentos, promotores, por sua vez, de uma significativa diferenciação social na estrutura urbana.

Os interesses globais de crescimento econômico, representados pelos grandes projetos de investimentos (OLIVEIRA, 2010), evidenciam a desarticulação do planejamento e gestão globais com as questões de caráter local (ACSELRAD, 2008). A borda oeste é tomada como suporte da expansão metropolitana, a despeito das fragilidades sociais e ambientais do território, das atividades de cunho rural e agropastoris presentes. Tais espaços, considerados zonas opacas (SANTOS, 1997) até a recente implantação do Arco Metropolitano, principal pilar de integração dos eixos de desenvolvimento”¹ tornam-se alvos do rentismo imobiliário e financeiro (MARICATO, 2018), em função do grande estoque de terras ali concentrado. Paralelamente, a pobreza, promovida pelo Estado ao privilegiar o núcleo, e a insegurança, fomentada pelas ações de grupos paramilitares e milícias que atuam de forma quase institucionalizada, passam a competir no noticiário com o incipiente crescimento econômico global almejado, tornando-se uma situação social crítica no fenômeno metropolitano.

O termo “borda oeste metropolitana” aqui é entendido como o espaço geográfico caracterizado pelas áreas periféricas da Baixada de Sepetiba, onde a tênue transição do rural para o urbano acontece como palco de transformações e dinâmicas dicotômicas. As bordas metropolitanas fluminenses passam a ser

¹ Ver em <<http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/arcoMetropolitano.asp>>

“objeto de interesses diversos e de conflitos cada vez maiores, porque concentram um grande estoque de terras, mananciais, matas, a produção rural e o transbordamento dos conflitos urbanos expressos, principalmente, na produção da moradia [...], além de serem áreas de reserva da expansão urbana, se tornam, mais que antes, objeto de disputas e, portanto, ganham importância enquanto objeto do planejamento” (MIRANDA, 2009, p. 26).

Os aspectos que determinam as transformações da periferia ou borda metropolitana não diferem do rural para o urbano, abrangendo a dimensão econômica – ligado às cadeias produtivas, aos fluxos financeiros e ao comércio - e a ambiental – relacionada às amenidades naturais, à qualidade de vida e à sustentabilidade (VEIGA, 2006).

Este artigo focaliza dois dos cinco municípios abrangidos pela borda oeste metropolitana, os vizinhos Seropédica e Japeri, ambos margeados pelo Rio Guandu e com características geobiofísicas e sócio-espaciais similares. Seropédica configura estudo piloto desenvolvido desde 2013, cujos resultados encontram-se publicados em vários meios (ALCANTARA, 2014; ALCANTARA e SCHUELER, 2015; ALCANTARA, 2016; ALCANTARA e SANTOS, 2018). Manifestação urbana da pobreza da RMRJ, Japeri concentra as mazelas do modo de produção capitalista do espaço baseado no modelo centro-periferia: periferia marcada por deficiências de equipamentos e serviços, pelo trabalho informal, pela presença de uma classe social de menor renda que, frequentemente, aglomera-se de maneira espontânea, desordenada e precarizada, através de ocupações informais (FONSECA, 2015, p. 17). Configura município com os piores índices sociais e ambientais da RMRJ, cujos achados da investigação, iniciada em 2018 já indicam a relevância do estudo sócio-espacial relacionado à pobreza urbana. Apesar da proximidade entre Seropédica e Japeri – cerca de quinze quilômetros separam o centro de Seropédica de Japeri, e vinte, de Engenheiro Pedreira, seus dois principais distritos – são desarticulados tanto em termos de mobilidade urbana, quanto de governança territorial: os núcleos urbanizados entre os municípios não são conectados por transporte público direto e, quanto à gestão pública, não são verificadas, tampouco, ações ou políticas públicas integradas.

Nos estudos realizados sobre Seropédica verifica-se que os limites municipais não dão conta das problemáticas que abrangem o território da borda oeste como um todo. Esta é marcada pela desigualdade sócio-espacial e pelas carências de infraestruturas, de mobilidade e de ações e políticas voltadas à promoção do ambiente urbano mais equilibrado, justo e inclusivo, conforme preconizados pela Agenda 2030 (ONU-Habitat, 2016). Várias razões suscitaram reconhecer, compreender e propor cenários prospectivos sobre aquele território de características rurais, que se emancipou de forma insurgente (CARVALHO, 2015) e hoje configura uma fronteira de expansão metropolitana, com viés logístico e retro-portuário. A expansão catalisada principalmente pela abundância econômica vivida no Brasil, de 2010 a 2013 (SILVA, 2017); suas fragilidades socioambientais (MONTEZUMA et al, 2012); e suas potencialidades de uso e ocupação sobre o território marcado pelos espaços livres de edificações e urbanização com características rurais, ameaçados pela pressão logístico-industrial (TANGARI et al, 2013), são apenas algumas delas.

e integrada aos serviços básicos; a proteção ao patrimônio natural e cultural; a proteção à população em situação de vulnerabilidade; e o planejamento das relações econômicas, sociais e ambientais entre áreas urbanas, periurbanas e rurais. Como afirma Maricato (2018, s/p),

“...é hora de repensar [...] as cidades. A defesa de algumas condições é elemento de unidade para urbanistas do mundo todo, em que pese a diversidade das cidades e regiões. A cidade compacta (contrária à a dispersão horizontal), a mobilidade ativa (mais viagens a pé ou de bicicleta), o mix de usos (viabilizando a rua viva e segura durante a noite e durante o dia) são características que devem se somar à cidadania informada e participativa e ao combate à desigualdade de renda, raça e gênero.”

A pesquisa integra a construção de cenários prospectivos com vistas a favorecer o diálogo, a participação social e contribuir com a qualidade dos espaços livres perimetropolitanos. Suas bases são fundamentadas teórica e metodologicamente a partir da sistematização de conceitos e procedimentos de categorização relativos a territórios e espaços livres (SOUZA, 2016; TÂNGARI et al., 2011) ameaçados pela urbanização precária e pela perpetuação da pobreza. Como meta, espera-se indicar diretrizes em nível de políticas públicas e de processos de planejamento e desenvolvimento urbano e territorial, integrando as problemáticas similares dos municípios em foco. Nesse sentido, aspectos relacionados às desigualdades sócio-espaciais, à mobilidade, ao saneamento, à habitação, à violência são especializados e analisados, sempre considerando uma perspectiva abrangente do suporte territorial e do sistema de espaços livres, do uso e ocupação do solo e das características ambientais. O estudo busca abarcar desde a escala macro, da inserção dos municípios na região metropolitana, à escala aproximada de recortes territoriais específicos, no caso deste artigo, com foco em Japeri, delimitando um recorte temporal de 2000 a 2015.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Objetivamente, o estudo visa analisar os aspectos geobiofísicos e morfoterritoriais dos municípios em foco; as dinâmicas de ocupação e evolução, considerando aspectos sócio-históricos e morfo-territoriais; identificar prioridades, demandas e potenciais de uso e ocupação do solo urbano e periurbano; investigar a situação fundiária e a valorização da terra, bem como especializar dados socioeconômicos.

A análise de fontes e bases cadastrais georeferenciadas oficiais para a produção de mapeamento analítico multi-temático e multiescalar com utilização de sistema de informações geográficas, inclui visitas, observações e levantamentos *in loco* e com uso de aerofotogrametria, identificando e especializando as características e transformações territoriais; análise de dados demográficos, estatísticos e fundiários. Enfatiza-se a aplicação de abordagem analítica e ferramentas colaborativas desenvolvidas, utilizadas e validadas, tais como análise tipo-morfológica da paisagem e identificação de unidades morfoterritoriais

(SAMPAIO et al, 2009; SILVA et al, 2015) e produção de mapeamentos e cartografia social (ASCELRAD, 2008).

A produção e análise de bases cartográficas transescalares e multitemáticas abrangem desde a escala macro a local, para as quais os mapas produzidos representam a sistematização das informações, percepções e os resultados da coleta e análise de dados estatísticos; dos levantamentos e pesquisa de campo e por meio de análise de bases cadastrais e aerofotograméticas disponibilizadas pelos órgãos oficiais e nas plataformas da internet³. Os procedimentos de análise são aplicados com o aprofundamento dos grupos temáticos definidos na pesquisa maior. São eles:

- Desenvolvimento econômico e gestão urbana - focaliza as contradições entre desenvolvimento econômico e a infraestrutura existente nos espaços urbanos, incorporando o perfil social, a base informacional e a participação democrática. Investiga-se como e se as políticas públicas privilegiam as obras de cunho especulativo/mercadológico a despeito dos impactos socioambientais gerados; busca compreender se as novas perspectivas econômicas, aliadas a gestão intermunicipal, aprimoram a integração social e propiciam maior equidade social.
- Conectividade e mobilidade intra e intermunicipal - investiga-se as políticas voltadas à implantação e implementação de infraestrutura de transportes públicos com o objetivo de identificar quais os ganhos com a criação de uma rede sustentável que aperfeiçoe os fluxos e aumente a acessibilidade, tanto à informação quanto aos serviços. Busca identificar trechos das redes viárias e de infraestrutura que devem contar com zonas de amortecimento, pólos logísticos complementares e restrições na utilização das faixas de domínio. Inclui-se análise da macro, meso e microacessibilidade.
- Centralidades urbanas - identificação das dualidades das redes viárias existentes ou em implantação, como indutoras ou barreiras de ocupação urbana; análise dos processos de indução de crescimento urbano, de valorização do solo, de adensamento construtivo e a informalização impactam recursos ambientais, sem gerar melhor qualidade de vida. Os cenários prospectivos sugerem um redesenho ou reestruturação de recortes específicos, e a manutenção de outros. A prospecção das redes urbanas, da formação ou esvaziamento de centralidades e da identificação dos distintos padrões de ocupação, reforçam vocações pré-existentes, resguardam identidades culturais e evitam a dispersão urbana, preservando, assim, espaços livres de grande significado na estruturação ambiental.
- Paisagem e planejamento - Destaca-se o papel contraditório dos investimentos infraestruturais, industriais e logísticos como propagadores tanto de desenvolvimento socioeconômico quanto de risco ambiental.

A contínua atualização de informações cadastrais e territoriais visa identificar e caracterizar aspectos da morfologia urbana e da paisagem, a saber: as unidades morfoterritoriais; os espaços livres de edificações urbanos e periurbanos; as centralidades urbanas consolidadas e em consolidação, com mapeamento dos assentamentos precários e

³ A elaboração dos mapas tem como base de dados as seguintes fontes de consulta: Google Earth, IBGE, CEDERJ, Plano Diretor do Municipal, Plano Diretor do Arco Metropolitano (PDAM); e Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro.

áreas de risco as redes viárias, de transportes e de fluxos; o traçado urbano e uso do solo; aspectos geobiofísicos, incluindo unidades de conservação e áreas de preservação permanentes. São elaborados os mapeamentos de (1) suporte geobiofísico e transportes e redes, com identificação da cobertura vegetal, unidades de conservação, as redes de transporte, e manchas de ocupação urbana; (2) unidades de paisagem ou morfoterritoriais (UPs): as manchas de ocupação que contém aspectos similares de suporte físico, aspectos hídricos, cobertura vegetal e estrutura urbana; (3) Macrozoneamento municipal: elaborado com base nas delimitações de zonas de uso e ocupação presentes nos Planos Diretores, considerando as manchas urbanas e cobertura vegetal densa, para comparação do previsto nos Planos e na realidade territorial; e (4) Mapa Síntese: delimita os principais elementos estruturadores da paisagem na escala local: áreas livres vegetadas com predominância arbórea, de forrageiras, de mangues e pastagens; e áreas edificadas urbanas consolidadas e de expansão.

A análise de planos e projetos inclui a pesquisa e identificação das ações e políticas públicas relacionadas ao planejamento, ao meio ambiente e desenvolvimento urbano junto aos órgãos públicos municipais, bem como órgãos e governamentais entidades privadas ou não-governamentais, tais como o IBGE e SEBRAE-RJ, para análise comparativa de dados regionais. Os planos diretores municipais são analisados, atualizando-se as lacunas identificadas em estudos anteriores (MONTEIRO, 2010), e sobrepondo-os com as propostas preliminares a comporem o Plano Estratégico de Desenvolvimento da RMRJ (CÂMARA METROPOLITANA, 2017).

A partir dos cenários constituídos sugere-se a implantação de rede de monitoramento e controle social, com base nos indicadores socioambientais; a ampliação do acesso das informações para a população; a criação novas áreas de proteção e zonas de blindagem dos impactos; e a inclusão de medidas mitigadoras dos impactos além das medidas compensatórias. Dessa forma, prevê-se como desdobramento da pesquisa a proposição de diretrizes para elaboração de instrumentos urbanísticos e seus aspectos legais, contribuindo com órgãos municipais de planejamento, projeto e gestão.

Finalmente, prevê-se a aplicação do Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros (IBEU-Municipal)⁴ para avaliar a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos. Tal dimensão está relacionada com as condições coletivas de vida promovidas pelo ambiente construído, nas escalas da habitação e da sua vizinhança próxima e pelos equipamentos e serviços urbanos. Compreende cinco dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana, que consideram as propriedades necessárias do espaço urbano que possibilitam condições coletivas de vida para os habitantes. Sua aplicação tem o propósito de elucidar a articulação do fenômeno da pobreza com a dimensão urbano-espacial.

⁴ Disponível em <http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/indice-de-bem-estar-urbano-dos-municipios-brasileiros-ibeu-municipal-post/> acesso em 15 novembro 2018

CONTEXTUALIZAÇÃO DA BORDA OESTE

A análise do território da borda oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), a partir de dimensão multidimensional, transdisciplinar e de abordagem biorregional, focaliza em recortes urbanos e periurbanos onde as desigualdades socioeconômicas presentes são reforçadas por padrões prospectivos de crescimento econômico e demográfico.

A borda oeste metropolitana é aqui definida pelos cinco municípios contidos na Região Hidrográfica do Rio Guandu – Itaguaí, Seropédica, Japeri, Queimados e Paracambi – cujos principais rios que os drenam desaguardam na Baía de Sepetiba. Caracterizado como Domínio da Baixada, representado por uma extensa planície flúvio-marinha, o território plano, envolvido pelas escarpas da vertente oceânica da Serra do Mar, dispõem de vasto estoque de terras, ou espaços livres de edificações e urbanização, categorizados como zonas rurais (TÂNGARI et al, 2012b), destinadas a atividades de agricultura e pecuária, ou extração mineral.

Também atravessado por importantes eixos viários, o principal deles é a rodovia Presidente Dutra (BR-116) conecta os municípios e o núcleo metropolitano e as duas principais capitais brasileiras (Rio e São Paulo), além das regiões metropolitanas de Campinas e São José dos Campos. Outro importante eixo rodoviário logístico, o Arco Metropolitano desde 2014 liga o Porto de Itaguaí ao COMPERJ, em Itaboraí. Tal rodovia se configura, desde a retomada de seu projeto original financiada pelo PAC, em 2007, um catalisador de externalidades e impactos socioambientais (TÂNGARI et al, 2012; TÂNGARI et al, 2013; ALCANTARA, 2013). A opção por traçar a rodovia por áreas de baixa densidade demográfica e construtiva segue a lógica desenvolvimentista, onde as questões fundiárias são mais facilmente contornáveis, gerando menos demandas de desapropriações e demolições. O atual ciclo de crise econômica no Brasil, iniciado em 2014, e que se estende ao presente momento, freou o ímpeto das transformações previstas em cenários prospectivos investigados. Assim, grande parte dos territórios mantêm rarefeito adensamento construtivo e ocupação por atividades agropastoris ou cobertura vegetal com funções ambientais, por sua vez, ameaçadas pelas pressões expansionistas.

De acordo com o Plano Diretor do Arco Metropolitano (GOVERNO DO ESTADO, 2011), apenas cerca de 30% do território de Japeri e Queimados se configura como área urbana; em Seropédica, dos 265,04 km², 41,16% é área urbana (considera-se no cálculo os domínios das instituições de pesquisa e ensino UFRRJ e EMBRAPA, não necessariamente adensadas construtivamente); Paracambi se destaca com apenas cerca de 7% de área urbana (Tab. 1). Quanto à densidade demográfica, os indicadores se equiparam às baixas taxas de urbanização apresentadas: Japeri atinge 1.166,37 hab/km²; Queimados, 1.822,60 hab/km²; Seropédica, 275,53 hab/km²; e Paracambi, 262,27 hab/km². Essas áreas ditas “rurais”, tornam-se, portanto, palco de um contínuo e intenso processo de ocupação, devido ao esgotamento e valorização de terras próximas ao núcleo da metrópole. Assim, tais bordas, ou periferias, vão sendo paulatinamente ocupadas por atividades industriais ou transformadas em novos bairros residenciais ou loteamentos, nem sempre precedidos pelas infraestruturas demandadas, que alteram as dinâmicas do mercado imobiliário local. A

atração de continentes populacionais em busca de emprego e renda e consequência direta dos investimentos industriais e logísticos. Tais processos, iniciados na década de 1950, com a industrialização e instalação de ferrovias, sofreu grande impulso em anos recentes, a partir do início das obras do Arco Metropolitano, já que “seus benefícios logísticos atraíram grande quantidade de habitantes e de empresas para seu entorno. [...] A exploração do pré-sal torna o Eixo de Sepetiba, por sua privilegiada localização, uma das áreas mais valiosas para o desenvolvimento de atividades ligadas ao setor” (CÂMARA METROPOLITANA, s/d). Importante ressaltar que o Distrito Industrial de Paracambi (não alcançado diretamente pelo Arco) foi incorporado à área de abrangência do Plano Metropolitano, também por sua localização estratégica.

Os núcleos urbanos municipais se adensam, crescem e se consolidam de forma rizomática, a partir dos traçados de eixos ferroviários (Paracambi, Japeri, Queimados), inicialmente, e rodoviários mais recentemente (Seropédica). Ao longo da via Dutra (BR-116), pode ser verificado, apenas com base em análise visual, a urbanização precária e desprovida de qualidade, característica da periferia metropolitana. São características comuns entre os municípios a urbanização desordenada e sem restrições; loteamentos irregulares e autoconstrução; precariedade de infraestrutura e problemas ambientais derivados de falta de saneamento básico, da coleta e descarte de resíduos sólidos, da fraca fiscalização e proteção das unidades de conservação; além de questões de segurança pública.

A mobilidade urbana é igualmente precária e prioriza o transporte motorizado, tanto de pessoas quanto de cargas, com baixo controle de tráfego e sinalização; iluminação pública precária ou inexistente; pavimentação e passeios das vias, quando existentes, deficientes e sem acessibilidade universal. A apropriação indébita de espaços e logradouros públicos é uma constante, bem como a ocupação ilegal de terras públicas. Os municípios da borda oeste lideram os piores índices relativos ao tempo de deslocamento casa-trabalho. Seus moradores perdem em média 3 horas por dia ou 30 dias por ano dentro de ônibus e dos trens em busca de melhores oportunidades de emprego, estudos, lazer e serviços básicos.

Em termos econômicos, os municípios apresentam PIB per capita baixo, se comparado ao do núcleo metropolitano – o município do Rio de Janeiro atinge – R\$49.527,98, enquanto Seropédica figura com R\$ 27.823,49 e Japeri com R\$ 13,440,61. (IBGE, 2015), representando fraca contribuição econômica em relação à RMRJ (Fig. 1). Tal posição vem se modificando rapidamente com a inserção de novos empreendimentos industriais e logísticos, na porção regional considerada Zona Industrial e Logística pelo Plano Metropolitano do Rio de Janeiro (CÂMARA METROPOLITANA, s/d). Da mesma forma, o médio IDH-M (conforme dados do Atlas Brasil 2013, elaborado com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010) dos municípios de Japeri (0,659) e Queimados (0,68) indicam incipiente desenvolvimento humano na região, o que se traduz em baixa qualidade físico-espacial do ambiente urbano. Os IDH-Ms de Seropédica (0,713) e Paracambi (0,72) são considerados altos, o que pode ser justificado pela presença de instituições públicas federais de ensino superior em ambos, ainda assim, aquém do índice do Rio de Janeiro, 0,799 (Tabela 1).

Em vista destes números, torna-se clara a dependência entre os municípios e o núcleo metropolitano. O PIB per capita e o IDH-M denotam ainda as grandes disparidades entre o centro e a periferia, onde o movimento pendular ocorre sem o apoio de mobilidade com o núcleo metropolitano. Em nosso juízo, tal dependência não se configura benéfica social ou culturalmente, pois é uma relação calcada no fornecimento de mão de obra, insumos primários e recursos naturais, além de configurar estoque de terras com viés especulativo e mercadológico para os grandes investimentos capitalistas. Os setores de serviços e comércio dominam o quadro econômico, nos três casos, com incipiente, porém progressiva, produção industrial.

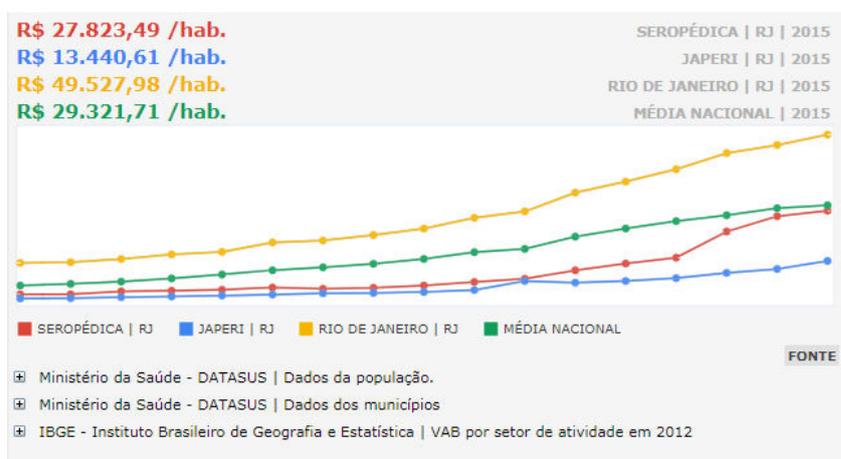


Figura 2: PIB PER CAPITA dos municípios de Seropédica e Japeri, comparados com estadual. Fonte: IBGE, 2018, editado pelos autores

Tabela 1 – Dados comparativos entre municípios da RMRJ e o núcleo metropolitano

Município	Pob. Censo 2000	Pob. Censo 2010	Pob. Est. 2017	Crescim. Pop.	Área territ. km ²	Dens. Demogr.	IDH-M
Rio de Janeiro	5.857.904	6.320.446	6.520.266	3,2%	1.200,177	5.265,82	0,799
Duque De Caxias	775.456	855.048	890.997	10,3%	467,271	1.828,51	0,711
Nova Iguaçu	920.599	796.257	798.647	-13,50%	520,807	1.527,60	0,713
Belford Roxo	434.474	469.332	495.783	8,0%	78,985	6.031,38	0,684
São João Meriti	449.476	458.673	460.461	2,0%	35,216	13.024,56	0,719
Mesquita	-	168.376	171.280	-	41,490	4.310,48	0,737
Nilópolis	153.712	157.425	158.329	2,4%	19,393	8.117,62	0,753
borda oeste							
Itaguaí	82.003	109.091	122.369	33,0%	273,368	395,45	0,715
Japeri	83.278	95.492	101.237	14,7%	81,697	1.166,37	0,659
Paracambi	40.475	47.124	50.447	16,4%	190,949	262,27	0,720
Queimados	121.993	137.962	145.386	13,1%	75,701	1.822,60	0,680
Seropédica	65.260	78.186	84.416	19,8%	283,634	275,53	0,713

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE, 2018, SEBRAE, 2018 e TCE, 2010

O espaço urbano e periurbano dos municípios abrangidos pela Baixada de Sepetiba apresentam potencial de desenvolvimento sobre o estoque de terras não edificadas na porção oeste da RMRJ, designados como espaços livres de edificação e urbanização

(MACEDO et al, 2018; TÂNGARI et al, 2009; MAGNOLI, 2006). Esses espaços vêm sendo ocupados sem um planejamento cuidadoso, não responsivo às necessidades sociais locais; são alvos de atividades extrativas minerais intensivas; de especulação imobiliária devido aos valores competitivos do solo; e de pressão como área de expansão logística e industrial fomentada, inclusive, por direcionamento institucional (CÂMARA METROPOLITANA, 2017). Para além da questão da ocupação predatória do solo, os municípios carecem historicamente de uma governança atuante na questão do planejamento urbano, sem corpo técnico qualificado para enfrentar os problemas ligados a ocupação e uso do solo, habitação de interesse social (HIS), saneamento ambiental, infraestrutura, entre outras questões básicas ligadas ao direito à cidade (LEFEVBRE, 2011) em que planos diretores não integram a participação social com efetividade (VILLAÇA, 1998), sendo meros instrumentos de repasse de verba federal.

A 1ª. Conferência Metropolitana do Rio de Janeiro (1ª CMRJ), realizada em maio de 2018, objetivou discutir e estabelecer diretrizes referentes à gestão e governança do território e temas de interesse metropolitano. Foram debatidos, entre diversos segmentos da sociedade civil e do poder público, propostas de desenvolvimento urbano integrado e programas de ações prioritárias. A estratégia foi de reunir e integrar ações de diferentes eixos, promovendo maior sinergia entre as ações, criando marcas positivas no território, possibilitando resultados mais expressivos para o conjunto da Região Metropolitana. Dentre as propostas que norteiam o desenvolvimento urbano de Seropédica e Japeri, destacam-se:

- Incentivar atividades de economia criativa relacionadas à população de baixa renda;
- Incentivar a qualificação de infraestruturas críticas (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e dutovias), ampliando as conexões por terra, elevando a capacidade de circulação de mercadorias;
- Estimular o desenvolvimento sustentável do território periurbano da RMRJ - Arco Rural (agroecológico);
- Incentivar a criação de programas integrados de regularização urbanística e fundiária, associados a projetos sociais, dirigidos a loteamentos irregulares/ilegais e/ou assentamentos precários com baixos indicadores sociais e urbanos, localizados em regiões da periferia da metrópole, cujas características ambientais e funcionais justifiquem essas intervenções;
- Incentivar a criação de selo de procedência, a fim de incentivar o desenvolvimento sustentável, a agricultura urbana e a preservação do meio ambiente.

As boas intenções verificadas nas discussões e cenários propostos na 1ª. CMRJ, indicam a tentativa da agência pública em trabalhar com as potencialidades dos municípios de Japeri e Seropédica por meio do fomento de atividades relacionadas à agricultura urbana e infraestrutura necessária à reprodução do sistema capitalista de reprodução. No entanto, não se apuram resultados efetivos, muito em função da falta de investimentos ou interesse político, tanto em nível estadual quanto municipal, para a implementação de ações de desenvolvimento, o que denota a fragilidade da governança e gestão urbana e territorial.

Estudos recentes (VIANNA, 2017) comprovam a baixa articulação entre a gestão pública e a participação social e a fragilidade dos grupos sociais atuantes. Nesse sentido, consideramos essencial o papel da academia que se torna um importante elo em prol do desenvolvimento sustentável e fundamental nos processos democráticos de planejamento e gestão territorial, urbana e regional. Busca-se problematizar a participação e colaboração da academia no sentido de promover a interação e promoção do empoderamento da população local, utilizando-os para a promoção do Controle Social e o estímulo à participação.

Com respeito à questão habitacional, a implantação de empreendimentos habitacionais voltados à Faixa 1 (0 a 3 SMs) do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), financiado pelo governo federal, representa mais uma externalidade negativa no sentido da ocupação dos territórios analisados. Tais empreendimentos são caracterizados pela baixa qualidade construtiva, carência de infraestrutura, comércio e serviços, e fraca ou inexistente oferta de mobilidade urbana, além de localizados a grandes distâncias dos centros urbanizados (ALCANTARA, 2014).

A questão fundiária implica outro entrave na distribuição e ordenamento territorial no sentido de que as terras originalmente abrangidas pela Fazenda Nacional Santa Cruz – de propriedade da Coroa Portuguesa, após a expulsão dos jesuítas, e posteriormente transferidas ao patrimônio do governo federal – abarcam parcial ou totalmente Itaguaí, Seropédica, Japeri e Paracambi, tendo sido arrendadas a foreiros ou concedidas em caráter de enfiteuse perpétua (arrendamento por longo prazo de terras públicas a particulares). Com a criação do INCRA em 1970, o Projeto Fundiário Fazenda Nacional de Santa Cruz deu prosseguimento ao processo de regularização fundiária iniciado no Governo Getúlio Vargas, porém o programa foi extinto em 1988. No início do século 21, as terras permanecem sem a titularidade regularizada, o que gera implicações na cobrança de IPTU nos municípios afetados, e conseqüentemente, na utilização dos recursos em prol do desenvolvimento urbano.

O foco desenvolvimentista das políticas públicas, nas três esferas de poder, direciona os espaços livres do território para ocupação industrial e logística, a despeito das potencialidades de uso sustentável e das fragilidades socioambientais. Destacam-se as distinções dos espaços livres periféricos, em que Seropédica e Japeri, apresentam riscos de ocupação e expansão dispersa e fragmentada, como já ocorre na Baixada Fluminense (PEREIRA, 2013). Ambos apresentam graves problemas de inclusão social e econômica, infraestrutura deficitária e espaços públicos pouco qualificados, entre outros problemas visíveis em regiões periféricas. A análise comparativa entre os municípios em foco com outros municípios metropolitanos traz à luz as transformações morfológicas resultantes dos processos de (ou falta de) ações de planejamento e gestão e de políticas públicas de desenvolvimento territorial; pressões do mercado imobiliário; expansão industrial e logística; e problemas de mobilidade urbana e conectividade entre o núcleo e a periferia, potencializando a segregação e as desigualdades sócio-espaciais (MONTEIRO, 2016).

O quadro de desigualdades presentes nos municípios, expresso pela ocupação urbana desordenada, com predominância de assentamentos informais de baixa renda, a falta de mobilidade urbana, e as carências infraestruturais, se confrontam com a inoperância

da governança pública, a precariedade do sistema de mobilidade e acessibilidade urbana, agravando os transtornos da carente população. Por acreditarmos que o direito à cidade (LEFEVBRE, 2006) tem relação direta com o direito de ir e vir, a investigação focaliza na evolução de expansão urbana do território em contraponto às diretrizes do Plano Diretor quanto à mobilidade e acessibilidade, bem como a aplicação das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/12). A Lei direciona o planejamento e execução da política de mobilidade urbana, priorizando o transporte coletivo e não motorizado na matriz de deslocamentos da população, promovendo a integração de sistemas intermodais de transporte, e considerando o pedestre como prioridade, aliado à acessibilidade universal. Ainda nesse sentido, é notória a desvinculação de planos de mobilidade ao planejamento de ocupação dos territórios municipais, cujos planos diretores tratam a questão de forma superficial e a legislação específica não é aplicada.

JAPERI: ESPECIFICIDADES E QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

As complexidades e pressões da relação global-local e centro-periferia sobre os espaços livres de edificações e urbanização (MAGNOLI, 2006) emergem, eclodindo de forma expressiva em Japeri. Esse município lidera o ranking dos piores indicadores sociais e os mais precários índices da RMRJ quanto ao saneamento, abastecimento de água, violência, educação, mortalidade infantil etc. Desse modo, os elevados índices de vulnerabilidades direcionam nosso estudo para uma busca de entender se e como o planejamento atuou como principal indutor das desigualdades e fragilidades presentes naquele município.

Em sua história recente, o município emancipado de Nova Iguaçu em 1991, evidencia inúmeros problemas de ordem urbana e social, tais como os verificados em outros municípios da RMRJ: deficiência em saneamento básico; parcela expressiva da população sem acesso à mobilidade eficiente e qualificada; serviços de infraestrutura deficitários (energia, iluminação pública, urbanização); habitação social insuficiente. Apresenta os piores índices de mobilidade urbana, pela distância do núcleo metropolitano e pela precariedade do sistema, afetando os 55% dos trabalhadores que atuam fora do município, a metade (46%) sem registro formal. O município registra a segunda menor expectativa de vida (73,5 anos), o maior índice de gravidez na adolescência (11,1%) e o segundo pior índice de coleta de lixo domiciliar (85%) da RMRJ (IBGE, 2010).

A via férrea constitui, historicamente, o ator principal para transformação do território e consolidação dos dois núcleos urbanos principais que conformam o município de Japeri - Japeri e Engenheiro Pedreira. Com adensamento construtivo e populacional concentrado nesses dois núcleos principais, parte do território municipal, cujo uso tem sido destinado às atividades de agricultura familiar e criação animal, ainda não foi atingido pelas mazelas de urbanização dispersa, fragmentada e precária, ocasionadas pelas carências de planejamento (MARICATO, 2018). O estudo empírico, em desenvolvimento, indica forte tendência à ocupação desses espaços livres de forma desordenada e insustentável, pelas pressões da expansão metropolitana verificadas. Isso poderá ocasionar um aprofundamento

dos problemas socioambientais enfrentados pela carente população, que figura como a mais grave situação de extrema pobreza do Estado, de acordo com os padrões adotados no país: a renda média é R\$607,00/mês; 14% vivem com até R\$140/mês e 4,1% com R\$70; e apresenta o menor IDH, 0,659.

O município é cortado pela rodovia RJ-125, denominada Ary Schiavo (RJ-125), que interliga Japeri ao município de Miguel Pereira e pela RJ-093, que o conecta ao município de Paracambi, e também dá acesso à RJ-119, que conecta a cidade ao município de Queimados e à BR-116 (Via Dutra) e interliga os distritos de Japeri e Engenheiro Pedreira. Cortado horizontalmente pelo Arco Metropolitano (BR-493), a rodovia logística é um elemento de fragmentação territorial, dado a sua característica de via segregada. A constante ocorrência de assaltos, a pouca segurança e o rarefeito adensamento ao longo e em torno do Arco Metropolitano, o tornam uma rodovia cujo uso está aquém da potencialidade pretendida. Entretanto, apesar dos poucos pontos de contato com o território, já começam se tornar visíveis em suas margens novos assentamentos informais e precários.

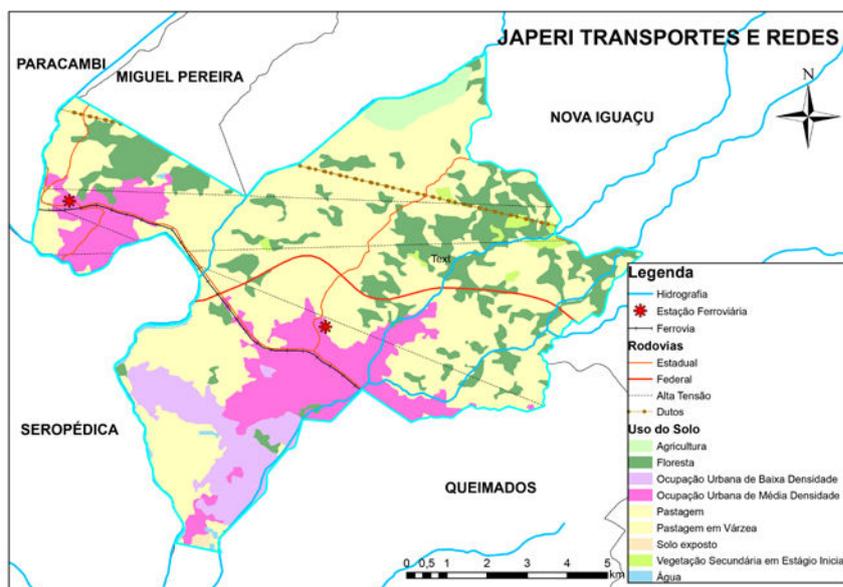


Figura 3 – Mapa com as manchas de ocupação e uso do solo e redes viárias. Fonte: Elaboração própria com aplicativo ArcGis

Busca-se analisar criticamente a articulação entre a consolidação e o avanço da pobreza, a partir da investigação histórica de formação e evolução dos municípios em foco e o papel dos principais agentes atuantes na configuração territorial, incluindo os eixos viários, principais catalisadores da ocupação territorial. Nesse sentido, a problemática da segurança e da violência urbana é apresentada por meio de análise empírica com base em fontes jornalísticas, que são posteriormente compilados e comparados com os dados de segurança pública do Estado⁵. Um dos mais relevantes fatos ocorridos em Japeri recentemente, a prisão do atual mandatário da gestão pública (em seu quarto mantado desde a emancipação do município), foi feita sob a alegação de associação ao tráfico, o que poderia indicar as

⁵ Os dados estão sendo coletados junto ao Instituto de Segurança Pública do Estado – ISP – disponível em <http://www.isp.rj.gov.br/> acesso em 15 novembro 2018.

relações de poder público e paralelo e de domínio paramilitar no município⁶. Tendo, as contas municipais, sido rejeitadas por cinco vezes pelo TCE, tal fato não foi impedimento para sua eleição em primeiro turno, o que gerou possível, mas ainda não comprovado, favorecimento de ações ilícitas e o uso do cargo em benefício de grupos infratores. Apesar do alarde jornalístico da prisão do prefeito, durante a última gestão, houve um maior controle e diminuição das ações delituosas no município, de acordo com entrevistas realizadas com agentes públicos em novembro de 2018.

A análise jornalística não se limita, entretanto, aos recortes municipais em si, considerando um olhar global sobre fatos e ocorrências recentes e instigantes de ordem nacional e visibilidade internacional. Direta ou indiretamente, tais fatos engendram novos desígnios à borda oeste metropolitana e aos territórios abrangidos, ainda em análise pela pesquisa. Alguns deles são problematizados criticamente na sequência.

PROBLEMATIZANDO O URBANO E OS NEGÓCIOS: NOTAS DE UMA SITUAÇÃO SOCIAL CRÍTICA

O urbano, como de costume ao menos nas últimas cinco ou seis décadas, se põe à ordem do dia: seja a partir da vida cotidiana e sua prática social implicada (trabalho, lazeres, vida privada etc.), seja a partir da irrupção dos acontecimentos no esteio do mundo urbanizado (megaeventos, manifestações sociais massivas, explosão de formas espetaculares de “violência” etc.). Desse modo, o urbano salta à vista e se coloca como uma problemática a ser debatida, investigada, compreendida. E, certamente, o seu necessário desdobramento: o fenômeno metropolitano.

No caso mais abrangente da RMRJ, seus conteúdos se revelam de modo mais crítico nos dias que correm. Tal como uma experiência da gestão do negativo (lida por nós como “a barbárie enquanto um ambiente de negócios”), a operação de uma plêiade de redes e tramas nos circuitos mais íntimos da (re)produção da vida cotidiana compõe esse crítico emaranhado social, político e econômico. Em outros termos: lançamos a hipótese de que a qualidade dos negócios operados nesse “recorte espacial” revela, de modo mais imediato, os limites da própria democracia liberal e o seu corolário “Estado democrático de direito”. Tal “direito” operado pelo monopólio estatista se esgarça, justamente pela sua qualidade de operar até o limite a forma universal da equivalência, secularmente conhecida como a “lei do mais forte”, que aparece como o substrato necessário de uma economia “pura”, transmutada em violência; como *modus operandi* de uma sociabilidade crítica.

Assim, a proposta consiste em levantar uma hipótese a respeito das formas de reprodução das relações de produção, operadas na chamada “borda oeste” metropolitana fluminense, compreendendo, especificamente, suas realidades “político-territoriais” observadas no município de Seropédica e suas circunvizinhanças imediatas (Nova Iguaçu,

⁶ Ver reportagem em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/07/27/prefeito-de-japeri-e-presos-por-suspeita-de-envolvimento-com-o-trafico-de-drogas.ghtml> acesso em 15 novembro 2018

Itaguaí, Queimados, Japeri e Paracambi, bem como a própria zona oeste do município do Rio de Janeiro). Os limites entre o “legal” e o “ilegal”, bem como entre as fronteiras teórico-analíticas pautadas pelo clássico binômio dos estudos urbanos (forma e função, conforme defendemos aqui) marcam a especificidade de uma realidade metropolitana que se apresenta, de modo geral, enquanto uma realidade precária, marcada pelas “ausências” e os “déficits” infraestruturais. Esses foram os conteúdos apresentados até este momento.

Some-se a isso uma realidade permeada pelos marcos históricos do planejamento urbano-regional, advinda, sobretudo de uma obra inconclusa quanto aos seus desígnios estratégicos, a um dado projeto de país, incompleto em sua realização histórica. Certo “Brasil do futuro”, com a simbolização geopolítica de “potência regional” ou “global”, concebida e imaginada em certos momentos no decorrer do século 20 e no início do século 21 sob a alcunha de um “desenvolvimentismo” ou “neodesenvolvimentismo”, pareceu ter como base justamente o modelar dessa região: referimo-nos aqui tanto à RMRJ quanto ao “oeste metropolitano carioca e fluminense”. Como a modernização, até este momento, não se completou em sua promessa positivamente civilizatória, resta a negatividade de uma economia abstrata movendo e arrastando o produto social em direção ao seu redemoinho. Ou, ainda, as chamadas “reestruturações territoriais-produtivas” de corte logístico-industrial que rizomaticamente invadem os desígnios da crise do neodesenvolvimentismo local hoje.

Finalmente, de modo a elucidar o argumento em outros aspectos, almejamos reconstituir um caminho analítico multiescalar: do corpo ao mundial. Desse modo, defendemos que o dispêndio, administrado e calculado no rígido cômputo da economia política, encontra sua barreira justamente no irreduzível do corpo e da corporeidade da vida cotidiana. No mínimo, a sobrevivência pela insistência resiliente e a “ocupação” e “autoconstrução” como alternativas últimas da vida em risco constante nas periferias da periferia global marcam a centralidade das estratégias diante da barbárie como ambiente necessário dos negócios. A acumulação e o resíduo, aqui, ganham nova expressão: insistimos que o corpo é a barreira necessária. O encontro entre a alienação espacial e o fetiche, assim, conformam a marca da saturação dessa ordem centrada na perpétua valorização do valor de troca. E ainda na irreduzibilidade do corpo como uma chave essencialmente tática e estratégica na construção de outros possíveis, diante de um futuro oscilante entre o possível e o impossível.

Em uma semana de início das movimentações grevistas/paredistas de caminhoneiros em âmbito nacional, cujas estratégias basearam-se na obstrução parcial de avenidas e rodovias em várias localidades do Brasil (em 25 das 27 unidades da federação, segundo o noticiário), o município de Seropédica demonstra certa centralidade na participação simbólico-imagética nesse movimento. Um dos principais pontos de bloqueio ou encosto de caminhões na Rodovia Presidente Dutra, localizava-se, no dia 22 de maio de 2018, entre os km 202 e 204 da rodovia, entre a ponte do icônico, belo e extremamente poluído rio Guandu (limite entre Seropédica e Queimados) e a entrada do igualmente icônico, mas “perigoso” e “abandonado” Arco Metropolitano. O território seropedicense abrigou, assim, um dos principais pontos da RMRJ a concentrarem os caminhoneiros e suas máquinas acostadas diante do movimento contra o seguido aumento do preço dos combustíveis.

Em outros “flashes”, não é incomum a cena de veículos blindados do Exército brasileiro, bem como de viaturas da Força Nacional de Segurança e da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), a cruzarem as vias que cortam o território, empunhando costumeiramente, tal como o fluxo da atmosfera carregada de fina poeira, muito comum e abundante na região (advinda, grande parte, da atividade mineradora local), os seus fuzis e outros armamentos que quase sempre recorrem à imagem da guerra total. O Estado, tal como teorizado por Lefebvre, realiza a sua “festa mortal” com esse desfile, convertendo uma “política pura” (conformando a violência como moeda política necessária) em “economia pura”. Ao que parece, desaparecem aqui as mediações e os colchões pseudodemocráticos de uma ordem liberal precária: a guerra é a única linguagem possível para essa ordem.

O Estado do Rio de Janeiro, criticamente tomado como um exemplo ou modelo para a nova perspectiva de gestão da crise em âmbito nacional, converte a sua crise fiscal (manietada pelo atual Regime de Recuperação Fiscal, subvencionado pela privatização possível da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) em uma crise política (veja a prisão de importantes quadros políticos estaduais) e, mais recentemente, em uma alegada crise de segurança pública. Aqui, temos a fórmula da solução final para a crise: em 16 de fevereiro de 2018, para surpresa de “políticos, mídia e analistas”, após uma “[...] reunião que entrou pela madrugada, o Governo Federal decidiu acionar um dos dispositivos previstos na Carta Magna para situações de descontrole local”, com vistas a “restabelecer a ordem e impedir o avanço do crime organizado no Rio de Janeiro” (OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO, 2018, p.7), com a Intervenção Federal na área da Segurança Pública (Decreto Federal nº 9.288) prevendo sua duração até 31 de dezembro de 2018.

Em 14 de março de 2018, um episódio em especial chocou amplas parcelas da sociedade brasileira e expôs em termos mais claros a crua realidade da militarização do espaço na RMRJ. Após participar de um evento chamado “Jovens Negras movendo as estruturas” no bairro da Lapa, a vereadora carioca Marielle Franco (do Partido Socialismo e Liberdade) e o motorista Anderson Gomes são assassinados no bairro carioca do Estácio, centro da cidade do Rio de Janeiro. A tragédia, abatida sobre uma vereadora eleita com quase 47 mil votos nas eleições de 2016, carrega consigo uma série de questionamentos e desconfiças que ilustram o diâmetro da crise que abate o Brasil da segunda metade da década de 2010. Dentre as atividades da parlamentar, militante negra e LGBT, estava a defesa dos “direitos humanos e igualdade social” (RBA, 15/03/2018). Essa defesa materializava-se em suas constantes denúncias das circunstâncias de violência policial em comunidades e bairros pobres no município do Rio de Janeiro. Três desses casos, inclusive, foram denunciados dias antes de sua morte, já na primeira quinzena de março. Segundo a série de reportagens publicada pela página “The Intercept Brasil”, entre março e maio de 2018, o assassinato de Mariele, ocorrido à noite e em uma emboscada, “sem poder de reação”, configurando “o modo covarde [de] como se mata nas favelas do Rio de Janeiro e no Brasil, lugares onde as cartas não chegam, a luz falha, a água é suja, as escolas fecham ao som de tiros e o Estado é um tanque de guerra com licença para matar”, demonstra que o desejo dos assassinos era o de “silenciar uma ideia” (THE INTERCEPT, 17/03/2018).

Desses três casos, segundo a reportagem, dois referiam-se à área abrangida pelo 41º Batalhão da PMERJ, “o mais letal da cidade”: o assassinato de Eduardo Ferreira, 39 anos e

Reginaldo Santos Batista, idade ignorada, ambos mortos no dia 5 de março, na Favela de Acari. A reportagem aponta que as circunstâncias do assassinato são misteriosas, envolvendo testemunhas relatando a presença de policiais escondidos na mata abandonando os corpos antes de desaparecerem. Nos dias seguintes, aparecem relatos de incursões policiais na região, “atirando a esmo”, seguidos de dois “caveirões” adentrando a favela de Acari, “esculachando moradores”, com “tiros na casa dos outros” etc. A partir desse acontecimento, Marielle Franco escreveu em sua página no Facebook sua famosa denúncia:

Precisamos gritar para que todos saibam o está acontecendo em Acari nesse momento. O 41º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro está aterrorizando e violentando moradores de Acari. Nessa semana dois jovens foram mortos e jogados em um valão. Hoje a polícia andou pelas ruas ameaçando os moradores. Acontece desde sempre e com a intervenção ficou ainda pior. Compartilhem essa imagem nas suas linhas do tempo e na capa do perfil!

Outra reportagem da série denuncia que “ex-vereador miliciano indiciado por [Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI] na qual Marielle Franco trabalhou esteve na Câmara do Rio”. Cristiano Girão Matias, o vereador preso em dezembro de 2009 e cassado em outubro de 2010, “acusado de chefiar uma milícia em Jacarepaguá”, esteve presente na edilidade no dia 7 de março, justamente uma semana antes do assassinato da vereadora. A reportagem denuncia ainda que “outro desafeto do miliciano” fora assassinado na mesma noite que Marielle. Nesse caso em especial, note-se que havia um impedimento judicial de Cristiano Matias para retornar ao Estado, devido às “ameaças que fazia a seus desafetos locais” (THE INTERCEPT, 16/03/2018), embora esteja cumprindo a sua pena em liberdade atualmente.

Podemos entender sua morte como um recado aos que intencionam reverter a ordem paramilitar na periferia carioca. O que dizer dos distantes e dominados territórios perimetropolitanos?

As milícias, derivadas de grupos de “autodefesa” em um primeiro momento e que paulatinamente foram incrementando suas atividades, fazem parte, há pelo menos vinte anos, do cenário político e econômico do Rio de Janeiro. No entanto, é justamente na década de 2000 que esses grupos passam a exercer significativa influência na vida cotidiana da capital. E é na década de 2010 que esses grupos passam a atuar e crescer nas regiões lindeiras ao município do Rio de Janeiro, sobretudo na Baixada Fluminense. O oeste metropolitano fluminense, segundo estudos divulgados pelo “The Intercept” no início de abril, aparece como a área da RMRJ mais afeita a denúncias de ações milicianas pelo Disque-Denúncia. Esse e outros estudos levam-nos a concluir que essa região constitui, na atualidade, justamente o núcleo da ação e estratégia desses grupos paramilitares.

Além disso, o mesmo estudo dá conta que, atualmente, o “número de denúncias contra paramilitares já é maior do que contra o tráfico”, e que “as milícias assumiram o controle do Rio de Janeiro”. Assim, como inexistem dados sistematizados pelo governo estadual sobre o avanço das milícias no Rio de Janeiro, o Disque-Denúncia foi a fonte

principal desse levantamento, que divulgou o seguinte dado: dos 6.475 telefonemas anônimos que o serviço recebeu entre 2016 e 2017, “referentes às atividades de traficantes e paramilitares na capital”, 65% delas denunciaram milicianos (THE INTERCEPT, 05/04/2018).

O portal G1, do Grupo Globo, noticiou na manhã de 14 de março de 2018, horas antes do assassinato de Marielle e Anderson, que cerca de 2 milhões de pessoas na RMRJ estão em áreas sob influência de milícias (cerca de 16% dos 12,3 milhões de habitantes da região estimados pelo IBGE em 2017), em um total de 609 mil domicílios. Segundo a reportagem, são 11 municípios da RMRJ sob a influência desses grupos, perfazendo no total uma área de 348 km², “um quarto do tamanho da capital”. Tal avanço, que “[...] acontece principalmente na Zona Oeste do Rio, Baixada Fluminense e no município de Itaguaí”, tem lastro, segundo a reportagem, “nas lacunas deixadas pelo poder público, que não oferece serviços básicos como transporte e segurança nas regiões isoladas dos municípios”. Além disso, a reportagem menciona o diagnóstico do promotor Jorge Luís Furquim, do Ministério Público do Rio de Janeiro: “Eles estão se expandindo por meio de acordos nos municípios limítrofes, com operações que se parecem muito com uma franquia” (G1, 14/03/2018).

Em Itaguaí, cidade tornada célebre na obra “O Alienista”, de Machado de Assis, e hoje conhecida pelas atividades de seu porto e as atividades econômicas decorrentes de tal atividade, uma reportagem dá conta de que um grupo miliciano utilizou um Posto de Saúde como “farmácia” particular no bairro do Chaperó. Tais grupos detinham “preferência” sobre os demais usuários do posto de saúde para retirarem medicamentos, muitas vezes destinados sem receita médica aos familiares dos milicianos. Note-se que “a certeza da impunidade era tamanha que os criminosos faziam questão de que a retirada dos insumos ficasse registrada no livro de controle da unidade”. Em Vila Margarida, “criminosos armados” foram fotografados “à luz do dia” diante do Posto de Saúde do bairro. (G1, 15/03/2018). Outra reportagem dá conta do consumo dispendioso dos milicianos da região: policiais da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco) listam que chefes milicianos presos detinham R\$ 56 mil em joias, uma fazenda comprada de um político na Região Serrana do Rio de Janeiro, um apartamento na Barra da Tijuca com um automóvel avaliado em R\$ 150 mil, uma mala de dinheiro em R\$ 180 mil. Uma das maiores milícias do Rio, segundo a reportagem, investe na exploração de saibro, atuando na extração de areia em regiões dos bairros de Campo Grande e Santa Cruz, na capital, e em Seropédica. Dentre os documentos encontrados com o grupo, havia a contabilidade de R\$ 2.630,00 a cada semana em benefício próprio, frutos da arrecadação do grupo em estabelecimentos do km 40, em Seropédica. (G1, 20/03/2018).

Em dezembro de 2017, viera a público outra denúncia: grupos milicianos teriam cobrado um “pedágio” de R\$ 35 mil a Preserva Engenharia, empresa responsável pelas obras de duplicação da ponte da Rodovia BR-465 (antiga Rio-São Paulo) sobre a via férrea que corta o município de Seropédica. Tal ponte localiza-se justamente entre o “centro” de Seropédica (conhecido localmente como km 49) e o campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A duplicação dessa ponte faz parte do pacote de obras de reconfiguração da BR-465, que liga a Rodovia Presidente Dutra, em Seropédica, à Avenida Brasil, no bairro carioca de Campo Grande. A mesma reportagem replica a denúncia de moradores da região de que os membros da milícia local “interferem em tudo, de festas familiares a negócios”, manifestando maior agressividade em relação ao comércio. Aos

ambulantes, por exemplo, tais grupos estariam cobrando de R\$ 20 a R\$ 120 por semana, “valor que fica a critério dos bandidos”. Nas festas, os valores chegam a custar R\$ 1.000. Tais achaques, inclusive, chegaram a ocorrer em eventos promovidos por estudantes da UFRRJ. Segundo a reportagem, ainda, o Disque-Denúncia noticia que a maior parte dos milicianos age no Centro e Campo Lindo (km 40). Em Itaguaí, o bairro de Coroa Grande conta com a venda de lotes e terrenos com documentação irregular ou falsificada. (O GLOBO, 22/12/2017). A esse respeito, não são incomuns os relatos de moradores de Seropédica que se queixam de pagarem mensalidades a tais grupos. Tais mensalidades, inclusive, estariam condicionadas aos seus respectivos contracheques.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bases da investigação e a problematização crítica aqui apresentadas sobre o fenômeno da periferização e metropolização da borda oeste metropolitana, composta pelos municípios de Seropédica, Japeri, Itaguaí, Queimados e Paracambi, tornam evidentes a relevância e complexidade da pesquisa sobre territórios cujos estudos ainda são incipientes e demandam aprofundamento. Das temáticas abordadas, desde as características do suporte geográfico até questões como a atuação do poder paralelo, esse olhar abrangente e criterioso busca fazer emergir as razões e consequências da existência do estigma da pobreza e da violência na periferia metropolitana.

A reflexão multidimensional e transdisciplinar sobre o território e a realidade local dos municípios da borda oeste metropolitana fluminense, com potencial para o crescimento econômico e o desenvolvimento, faz-se necessária sobre os diversos aspectos relacionados à questão urbana: históricos, sócio-espaciais, econômicos, ambientais, culturais, etc. O conhecimento e diagnóstico vem sendo realizado em um processo de baixo para cima (*bottom-up*) em um alinhamento à implementação de diretrizes de planejamento e políticas públicas com essa mesma perspectiva.

Enfatiza-se a validade e relevância da utilização das ferramentas apresentadas e utilizadas em processos participativos e inclusivos que buscaram considerar a atuação dos atores e agentes interessados nas ações de ordenamento e gestão do espaço público, no que diz respeito ao desenho urbano, ao planejamento e à gestão do espaço urbano, nos recortes analisados e em processo de investigação.

Sob as premissas da sustentabilidade e da equidade, em alinhamento aos objetivos do desenvolvimento sustentável propostos pela Agenda 2030, acreditamos ser possível evitar que o cenário que caracteriza a cornurbação metropolitana entre municípios mais próximos ao núcleo se replique nos municípios da borda oeste metropolitana. Esperamos que os resultados advindos da pesquisa em desenvolvimento possam contribuir na proposição de diretrizes para revisão dos Planos Diretores municipais de Seropédica e Japeri, de forma integrada, nos quesitos de uso e ocupação do solo e da mobilidade urbana a em prol da construção do espaço urbano mais justo, saudável, equilibrado e seguro.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradecemos ainda à FAPERJ e ao CNPq pelas bolsas de Iniciação Científicas aos discentes colaboradores da pesquisa do Grupo GEDUR-UFRRJ, nomeadamente Beatriz Corrêa, Fernanda Marchon, Gabriel Rodrigues, Lígia Magalhães, Ludmilla Baldez e Thaís Lima.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: marcos para o debate. IPPUR/UFRRJ, 2012.
- ALCANTARA, D. Construindo Cenários Prospectivos em Seropédica: as oficinas locais como método participativo no estudo das transformações da paisagem. In: Região Metropolitana do Rio de Janeiro: entre tensões e desafios. Seropédica: EDUR, 2018.
- _____. Conflitos Socioambientais e o Periurbano na Baixada de Sepetiba: nós nas redes, redes sem nós. In Recôncavo - Revista de História da UNIABEU. Ed. A. Marques. Duque de Caxias: UNIABEU, 2016.
- _____. A paisagem em Transformação: o planejamento do território como catalisador do equilíbrio entre desenvolvimento econômico e socioambiental em Seropédica. ABATE, C., KAROL, J.L. (orgs.). UPE11 Conducir las transformaciones urbanas. Libro Digital – Tomo 1 Trabajos Completos. La Plata, Universidade Nacional de La Plata, 2014.
- ALCANTARA, D., SILVA, M.R., OLIVEIRA, N.S. Desigualdades Socio-espaciales en la Región Metropolitana de Rio de Janeiro: la actualización de la academia y la extensión universitaria para la planificación urbana e periurbana sostenible. In Anais do XIV Congreso ALEUP: Las Universidades Latinoamericanas y la Nueva Agenda Urbana. Santiago, Chile: PUC, 2018.
- ALCANTARA, D., SANTOS JR., P.A. Crescimento Populacional e Econômico na região perimetropolitana: cenários especulativos e (des)equilíbrio socioambiental na Baixada de Sepetiba. In Desafios à Cidade. Facetas de uma urbanização em ritmo acelerado: Volume 2 (A Língua que Habitamos). Belo Horizonte: AEAULP, 2018.
- ALCANTARA, D., SCHUELER, A. Gestão das Águas e Sustentabilidade: Desafios globais e respostas locais a partir do caso de Seropédica, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. in: Cadernos Metrôpoles 33 – Águas Urbanas, 2015.
- BRITO, F. e OLIVEIRA, P.R. Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.

- CÂMARA METROPOLITANA. Projetos Estruturantes Integrados. Disponível em <http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/projetosEstruturantes.asp> Acesso em 19 abril 2018.
- CARVALHO, K. De Bananais, Sedas e Areais: Resgatando a História do Desenvolvimento Urbano e Econômico de um Município Insurgente da RMRJ. in Anais XIV SIMPURB. Fortaleza: UFCE, 2015.
- GOVERNO DO ESTADO. Plano Diretor do Arco Metropolitano – Relatório Final. Rio de Janeiro: Consórcio Tecnosolo-Arcadis-Tetraplan, 2011. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/58913102/Plano-Diretor-do-Arco-Metropolitano>.
- MACEDO, S., QUEIROGA, E., CAMPOS, A., AKAMINE, R., GONÇALVES, F., GALENDER, F., SILVA, J., DEGREAS, H., CUSTÓDIO, V. Sistemas de Espaços Livres na Constituição da Forma Urbana Contemporânea no Brasil: Produção e Apropriação – Quapá-Sel II. In Reflexões sobre espaços livres na forma urbana (org) Macedo, Custódio, Donoso. São Paulo: FAUUSP, 2018.
- MAGNOLI, M. Espaço Livre - Objeto de Trabalho. In Paisagem e Ambiente: Ensaio. no. 21, p. 175-198, 2006. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40249/43115> acesso em 30mai2018.
- MARICATO, E. Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARICATO, E., ARAISHI, A.G. O Brasil na era das cidades-condomínio. In Jornal GGN de 29/04/2018. Disponível em <<https://jornalggn.com.br/noticia/o-brasil-na-era-das-cidades-condominio-por-erminia-maricato-e-ana-gabriela-akaishi>> Acesso 30maio2018
- MIRANDA, L. Planejamento em área de transição rural-urbana. In R.B. Estudos Urbanos e Regionais. V.11, 2009. Disponível em <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/208> Acesso em 02out2018.
- MONTEIRO, L.A. Retratos em Movimento - Vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- MONTEIRO, J. Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos. Rio de Janeiro: IPPUR/Observatório das Metrôpoles, 2010. Disponível em <www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/seropedica.pdf> Acesso em 18/04/2018
- MONTEZUMA, R., CINTRA, D. O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: um marco na transformação da paisagem metropolitana. In TÂNGARI, V., REGO, A., MONTEZUMA, R.. (orgs) O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ, 2012.
- OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. Intervenção no Rio: à deriva, sem programa, sem resultado, sem rumo. Relatório 01: 16/2/2018 – 16/4/2018. Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção / Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 2018.

- OLIVEIRA, F, CARDOSO, A., COSTA, H., VAINER, C. Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: LetraCapital, 2012.
- ONU-HABITAT. Nueva Agenda Urbana. Naciones Unidas, 2017. Disponível em <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Spanish.pdf> Acesso 18mar2018
- PEREIRA, T. Sustentabilidade e Justiça Ambiental na Baixada Fluminense – identificando problemas ambientais a partir das demandas ao Ministério Público. In Revista Cadernos Metr pole, vol. 15, no. 29. São Paulo: EDUC. 2013. Disponível em http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm29_263.pdf Acesso em 15/11/2013.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo: globaliza o e meio técnico-científico informacional. 3 ed. São Paulo: HUCITEC., 1997.
- SANTOS, M. Pobreza Urbana. 3. ed. São Paulo: EdUsp, 2009. 136 p.
- SILVA, J. M.P., LIMA, F. e MAGALHÃES, N. Aplica o do conceito de Unidade Morfo-territorial na escalas metropolitana, intraurbana e local. in Revista de Morfologia Urbana, 3(2), 105-20, 2015.
- SILVA JÚNIOR, J R., PASSOS, L. O negócio   participar: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal. – Brasília DF: CNM, SEBRAE, 2006.
- SILVA, R.A., BUENO, L. Injustiça Urbana e Ambiental: O Planejamento de “Zonas de Sacr ficio”. Anais do XV ENANPUR. Recife: UFPE, 2013.
- SILVA, R.D. Royalties e Desenvolvimento Regional: Uma Reflexão Sobre os Desafios do Rio De Janeiro. In: Monteiro Neto, Castro e Brandão (Orgs.)Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro : Ipea, 2017.
- SOUZA, M.L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2016.
- TÂNGARI, V., SCHLEE M., ANDRADE, R. (Org.). Sistema de espaços livres - o cotidiano, apropria es e ausências. Rio de Janeiro : FAU/UFRJ-PROARQ, v.1. p.496. 2009
- TÂNGARI, V, R GO, A Q., MONTEZUMA, R (orgs.). Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integra o e Fragmenta o da Paisagem Metropolitana e dos Sistemas de Espaços Livres de Edifica o. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2012a.
- TÂNGARI, V, REGO, A., DIAS, M.A., RHEINGANT, P.A., AZEVEDO, G., MONTEZUMA, R., SOUZA, M.J., SCHLEE, M., CARDEMAN, R., WOLPEREIS, B., CAPILL , C., PARAHYBA, N., AMORIM, M.. Morfologia Urbana, Suporte Geobiof sico e o Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro-RJ. In *Quadro do Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras*. Ana Cecília A. Campos et al (orgs). São Paulo: FAUUSP, 2012b.

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. *Estud. av.*, São Paulo, v. 20, n. 57, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200023&lng=en&nrm=iso (acesso em 22 de janeiro de 2007).

VIANNA, M.A. *A Agricultura Familiar em Seropédica, RJ: Gestão Social, Participação e Articulação dos Atores do Polo de Conhecimento Local em Agropecuária*. Seropédica: PPGCTIA-UFRRJ (Tese de Doutorado), 2017

VILLAÇA, Flavio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Nobel, 1988.